

Território e Famílias Pobres: O espaço como lugar de subjetividade e como orientador de Políticas Públicas

Apresentação Oral em GT

Autor(es): Márcio Dionizio Inácio

Título do Trabalho: Território e Famílias Pobres: O espaço como lugar de subjetividades e como orientador de Políticas Públicas

Autores: Márcio Dionizio Inácio - Mestrando em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Belinda Piltcher Haber Mandelbaum - Professora Associada do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Introdução

Um dos campos de estudo mais ativos da Psicologia Social brasileira hoje é a comunidade, definida aqui no contexto territorial de sua existência. Este trabalho se baseia numa pesquisa de campo que está sendo realizada junto a moradores do Jardim Chácara Bananal, situado no distrito do Jardim Ângela, zona sul da cidade de São Paulo.

A população que habita esse espaço é predominantemente de migrantes que, atraídos pelo processo de industrialização da região de Santo Amaro e da Marginal do Rio Pinheiros, foi se instalando de maneira precária nas áreas periféricas, sendo posteriormente empurrada para regiões mais distantes do centro da cidade, em razão da especulação imobiliária.

Essas áreas, que não foram planejadas e por isso não contam com infraestrutura para abrigar essas famílias, são áreas de manancial, conferindo a seus moradores um “status” de irregulares. O que se pretende é revelar como os integrantes das famílias que vivem nesse lugar compreendem-se em suas relações: com seus familiares, com a vizinhança e com a “cidade”.

Nesse sentido descobrimos no território, mais que uma delimitação ou inscrição em mapas, um espaço de vida e conseqüentemente um lugar de constituição e transformação de subjetividades.

Essas subjetividades são marcadas pelo medo de os moradores serem removidos de suas casas, por sua própria definição como sujeitos irregulares e pela relação patrimonialista com alguns políticos, dentre outros aspectos destes decorrentes. Mas são também subjetividades que portam a visão de que eles são cidadãos de direitos, solidários, e que é preciso lutar para serem reconhecidos como pertencentes à cidade.

O material que se apresenta é fruto de observações de campo e de entrevistas feitas com moradores desse território. O lugar é marcado pela baixa renda de seus habitantes e pela ausência de políticas públicas. As narrativas e histórias de vidas das famílias são reveladoras de importantes alternativas, que precisam ser reconhecidas pelos gestores públicos, ao conceberem políticas e intervenções em áreas vulneráveis. Espera-se, ao término dessa

pesquisa, auxiliar os que elaboram essas políticas a pensarem ações tendo como base o olhar de seus destinatários. Espera-se também propor à Psicologia Social uma aproximação cada vez maior dos e com os territórios excluídos.

Vale mencionar que meu interesse inicial para fazer essa pesquisa se deu porque parte de minha trajetória ocorreu nesse território, uma vez que sou morador da Subprefeitura que compreende o lugar estudado, e tive a oportunidade de trabalhar e me relacionar com seus moradores em diferentes circunstâncias, sentindo-me parte integrante e constituída dele.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Território

Território é um conceito-chave nesse trabalho, pois, ao nos referirmos ao mesmo, estamos referenciando algo mais complexo do que uma delimitação geográfica. É importante compreender os territórios como vivos: lugares que ganham sentido pelo habitar de seus moradores. Em seu livro “O Espaço Dividido”, Milton Santos, lançando as bases para uma teoria que vai embasar essa ideia, entra nas questões específicas do espaço no Terceiro Mundo.

De início, ele enuncia que o que caracteriza o espaço é semelhante em qualquer território, mas que isso varia quantitativamente e qualitativamente em função do lugar (2006). Para Milton Santos, o espaço no terceiro mundo é marcado por: 1. Interesses distantes. 2. Por serem pouco atingidos pelas forças de transformações. 3. Pelas diferenças de renda. As características anteriormente enumeradas são, para Milton Santos, primordiais para a elaboração de uma teoria espacial. Ele aponta, por meio dessa teoria, um método para o estudo de cidades. Esse método traça a relação entre dois subsistemas: circuito superior e inferior.

O circuito superior é originário da modernização tecnológica, representa um espaço de inclusão e de interesses econômicos. O circuito inferior, marcado por atividades de pequena dimensão, é de interesse das populações pobres. De maneira crítica ele postula que o circuito superior sempre foi colocado como principal, visto como a cidade em si, deixando outra parcela do espaço totalmente excluída. Assim, Milton Santos sublinha a importância de levar em conta o circuito inferior para a compreensão da realidade urbana (2006).

Milton Santos defendia a necessidade de se criar uma teoria a respeito do espaço do Terceiro Mundo, reforçando a necessidade de que as pesquisas se voltem para as áreas de exclusão, tendo em vista a concepção histórica desses lugares e a força da economia na constituição dos mesmos.

Podemos ainda compreender o território a partir da dinâmica das pessoas que participam de sua constituição, assim:

A apropriação do território diz respeito ao aspecto interventivo realizado pelos homens, criando e recriando significados em torno dessa apropriação cotidiana. Nesse sentido, utiliza-se também o termo territorialidade, como uma maneira singular de se apropriar, fazer uso da terra, do território. (KOGA, 2003, p. 38).

Complementando, Dirce Koga afirma: “Dessa forma, a territorialidade se faz pelos significados e ressignificações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida em dado território”. (2003, p.38).

Vale destacar que o território em questão vai se definindo pela escolha que se fez, ou seja: periférico, no extremo da periferia da cidade, localizado na região sul e prenhe de vulnerabilidades. Sua constituição torna-se complexa à medida que se considere a história de seus personagens, a própria história local, os relatos de superação e as formas como se dão as relações no mesmo.

Ainda sobre a questão da pobreza, foram realizados dois estudos na cidade de São Paulo para compreender as características socioeconômicas de seus habitantes. Foram eles: o Mapa da Exclusão Social (coordenado por Aldaíza Spozatti em 2005) e o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (Fundação SEADE, 2000). O que há de significativo nesses levantamentos para o nosso trabalho é a compreensão da pobreza numa relação que não se restringe à falta de renda, ou seja, eles incluem no conceito de vulnerabilidade social a falta de acesso a serviços e ao mercado de trabalho. Além disso, fazem uma projeção territorial dessa condição, apontando as zonas mais vulneráveis da cidade, como foi o caso da comunidade do Bananal.

Esses levantamentos ajudam a pensar o território como espaço de cidadania, cidadania vista como vida ativa no território a partir das diversas relações que se estabelecem nele (KOGA, 2003, p.33).

Como este trabalho está sendo desenvolvido em um território específico, descreveremos a seguir com um pouco mais de detalhes esse lugar.

2.1.2. Um Lugar Chamado Chácara Bananal

“Eu não sei o que acontece que a gente não consegue nada para esse bairro.” (Maria, 51anos, moradora da Chácara Bananal).

O bairro conhecido como Chácara Bananal está situado no distrito do Jardim Ângela, no extremo sul da cidade de São Paulo. O Bananal está distante do centro da Cidade em torno de 32 km e a 6 km do Largo do Jardim Ângela, região melhor equipada de serviços públicos no distrito em questão. O Bananal está à esquerda da Estrada de M`Boi Mirim, no sentido de quem segue em direção contrária ao centro da Cidade. É delimitado pela Estrada de M`Boi Mirim a Oeste, ao norte pelo bairro de Vila Nova Cidade, ao sul pelo Jardim do Éden (bairro pertencente ao Município de Itapeverica da Serra) e a leste pela Represa Guarapiranga.

Apesar dos poucos números oficiais sobre o local, o censo de 2000 demonstrava que a Subprefeitura do M`Boi Mirim, que é formada pelos distritos de Jardim Ângela e São Luís, possuía 484.194 habitantes, população maior que a de muitas cidades brasileiras.

Uma forma de obter números atualizados sobre nosso campo de pesquisa foi levantar informações junto à unidade básica de saúde que abarca o território. A justificativa para isso se

baseia no fato de que a Estratégia Saúde da Família atende 100% das famílias do local. Os números que apresentaremos sobre o bairro são originários do Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB, referente ao período de agosto a setembro de 2011.

Assim, temos um número estimado de 3.832 pessoas para um total de 989 residências. Desse total, 99 são idosos com idade igual ou superior a 60 anos, 831 são crianças menores de dez anos, 883 têm entre 10 e 19 anos e 2019 são adultos.

Quanto à geografia do local, o espaço é marcado por aclives e declives, e o bairro eleva-se em relação à estrada de M'Boi Mirim.

O nome Bananal foi atribuído ao local em razão da área ter sido utilizada pelos moradores pioneiros para o plantio de banana.

Seus moradores dividem o território em Bananal 1 e 2. Tal distinção se deve ao processo de ocupação do local. Uma antiga liderança comunitária contou que, na formação do bairro, o território definido como Chácara Bananal 1 foi ocupado primeiro, e surgiu do loteamento de uma grande área demarcada e vendida por uma única pessoa, definida nos relatos como um posseiro. O território nomeado como Chácara Bananal 2 surgiu um pouco depois. Ele é fruto de diversos lotes que foram ocupados por distintas pessoas e vendidos individualmente. Vale dizer que, no conjunto, todo território é conhecido como Bananal, ficando essa distinção a cargo de quem vive por lá.

Porém, interessante destacar que o Bananal 1 se distingue do Bananal 2 principalmente por ter suas ruas pavimentadas. Os territórios são marcados também por distintas associações de moradores. Os moradores do Bananal 1 reconhecem que a pavimentação, o acesso à água encanada e a luz elétrica são frutos de ações da associação de moradores.

“Os moradores formaram uma associação e foram lutando pelos benefícios... Hoje tem água e luz, tem asfalto...” (João, morador da Chácara Bananal).

É importante mencionar que desde o início da formação da comunidade, políticos locais (vereadores, deputados e candidatos a esses cargos), foram se aproximando dos moradores. Aos poucos foram se apropriando do território de uma forma que parecem lotear o bairro como uma base de votos. O território, para estes políticos, é base de eleitores. É curioso notar que eles tiveram e têm influência na organização dos moradores e na constituição de uma prática local, que é personalista e que inverte a lógica da cidadania, transformando cada acesso a direitos e serviços numa espécie de doação de supostos benfeitores. É o que se nota quando um morador fala sobre a criação da Associação de Moradores:

Olha, a ideia foi de alguns políticos que na época... Era época de campanha né. (...) Aí no outro ano, já tinha mais população no bairro. Precisa ter uma Associação aqui... Então vamos nos reunir e formar a Associação. Aí o José Paiva conhecia o Milton Leite... Aí foi o Milton Leite que registrou a Associação para nós (João, morador da Chácara Bananal).

Voltando às características do território, ele é denso em relação à população. As casas se aglomeram como num bloco único, às vezes delimitado por pequenas ruelas, vielas e até trilhas. Grande parte das habitações são de alvenaria, sem acabamento, totalizando 989

famílias, sendo que dessas, trinta e oito residem em casa de madeira e treze em casa de material aproveitado, conforme SIAB.

Essa grande quantidade de pessoas em uma área é vista com preocupação por Maria, 51 anos, moradora do local:

“A população cresceu muito, cada dia é uma mudança nova que sobe ai pra cima... E dificulta as coisas, muito e muito, principalmente água e luz...”.

A queixa feita por ela é de que o aumento da população torna a distribuição de água e luz, que são irregulares em boa parte da comunidade, ainda mais precária. Quase não há instalações de saneamento básico, os dejetos oriundos das casas vão para córregos que desembocam na represa ou para fossas sépticas. Em números, 294 moradias têm acesso à rede de esgoto, 428 se utilizam de fossas e 267 lançam seus dejetos a céu aberto, conforme SIAB:

“É criança brincando dentro do esgoto... Ontem mesmo ele foi sair (o esposo), foi lá em cima levar um computador (que ele conserta na loja), voltou todo molhado, lavou os pés no cloro por causa da urina dos ratos (rindo)... Quer dizer, é complicado... Esgoto a céu aberto correndo... É muito rato... E é complicado o Bananal, a saúde é precária” (Maria, 51).

A água e a luz são quase totalmente irregulares. Elas são obtidas precariamente e à custa de muitos riscos de acidentes em razão da feitura dos populares “gatos”. No que se refere à água, precisa ser levada para as partes mais altas da comunidade por meio de bombas instaladas pelos moradores. Muitas vezes os encanamentos estão danificados e ocorre contaminação com o esgoto, gerando casos de verminoses, conforme referiu uma agente de saúde comunitária, quando instada a dividir a percepção sobre qual o mais corriqueiro problema de saúde da comunidade. Com base nisso, os números levantados no SIAB dão conta de que 530 domicílios filtram a água que consomem. 09 fervem e 05 fazem a cloração da água. Já 445 domicílios consomem a água sem qualquer tratamento.

Mas não são poucas as dificuldades para fazer a água subir para as partes mais altas e abastecer as casas, conforme relata a moradora Maria na citação seguinte:

Eu tomo emprestado. Quando a gente não tem, toma emprestado de um ou de outro. É assim... (Rindo). Porque as águas subiam pra mim (com a própria pressão), como agora não tá subindo mais, tem o que, por volta de um mês que não sobe, aí tem que ligar bomba.

A energia elétrica, que é dividida em diversos pontos, chega a algumas casas com baixíssima intensidade e com muitas oscilações.

Em razão do adensamento populacional não há áreas verdes, tampouco áreas livres para lazer, exceto um campo de futebol na entrada da comunidade, margeando a Estrada de M'Boi Mirim. O campo ocupa uma área que foi definida pelos moradores para ser uma escola, quando das primeiras reuniões da Associação de Moradores.

Além desse campo, resta para o lazer a opção de apropriar-se de algumas ruas, como fazem as crianças, transformando-as em áreas de brincar.

A escola mais próxima não está no Bananal, fica em outro bairro e é preciso caminhar para se chegar lá. Anda-se em torno de 20 a 30 minutos se considerarmos as moradias que estão mais distantes em relação à escola. Segundo relato de moradores, uma escola está situada na Chácara Sonho Azul e a outra na Vila Calú, mas em alguns casos, fica mais perto frequentar a escola que pertence ao município de Itapeçerica da Serra, declarando, falsamente, morar em bairros de lá.

Dois serviços públicos adentram a comunidade: A Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa Ação Família, o primeiro da competência da Secretaria Municipal da Saúde e o segundo da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Com relação ao ESF, ele se faz presente na ação de seis agentes comunitários de saúde. Vale destacar que a Unidade Básica de Saúde de Referência não se encontra dentro da comunidade, mas no Bairro de Vila Calú. Há queixas de falta de médicos e não há serviços especializados locais.

O Programa Ação Família já esteve presente no território e tem como objetivo compreender as demandas assistenciais dos atendidos, dar encaminhamentos e fazer reuniões socioeducativas localmente. As equipes do programa contam com agentes de proteção social, que são moradores do território, e com profissionais técnicos com formação em Serviço Social e/ou Psicologia. O programa encontra-se em reformulação pela Secretaria Municipal de Assistência Social e passou a se chamar Serviço de Atenção Social à Família (SASF).

Vale destacar que há no bairro algumas igrejas de diferentes denominações e também uma comunidade católica, cuja padroeira é Josefina Bakhita, uma santa originária do Sudão, que teria sido raptada de sua família e escravizada.

Encontra-se também diversos mercadinhos, botecos e uma loja que vende artigos em geral, desde roupas até recargas de telefones celulares. Há na comunidade sinal de internet distribuído por conexão sem fio, sendo que os consumidores pagam uma taxa ao dono do ponto principal.

O deslocamento em grande parte da Chácara Bananal é difícil, as ruas são estreitas e muitas sem pavimentação. Para se chegar ao bairro via transporte coletivo, depende-se de uma única via principal, a Estrada de M'Boi Mirim, via que é estreita e que em boa parte do dia está congestionada ou com ocorrências de acidentes. A estrada é conhecida na cidade por seus inúmeros acidentes de trânsito, principalmente envolvendo motos. Tal fato fez o único hospital da região, o Hospital Municipal de M'Boi Mirim, ser um dos campeões no atendimento a traumas, decorrentes desses acidentes e das quedas de lajes. Ainda no quesito transporte, não há linhas de coletivo que operem dentro da comunidade, limitando-se à avenida principal. Tanto as linhas de ônibus quanto as de lotações acabam operando acima da capacidade, com os veículos sempre cheios.

Assim como os outros serviços públicos, não há coleta de lixo dentro do Bananal, e tal fato leva os moradores a trazerem o lixo coletado nas casas para um ponto de descarte na entrada principal do bairro, onde passam os caminhões de coleta da prefeitura. Os sacos são acondicionados no chão, gerando enormes volumes de material a serem coletados.

A não oficialidade do bairro por parte do poder público causa ainda mais um transtorno, o de não receber correspondência em casa. Isso se deve a estarem em um território de ocupação que não é reconhecido como bairro, não tendo suas ruas nomeadas, pavimentadas e tão pouco cadastradas com número de código de endereçamento postal (CEP). Uma simples conta ou carta encontra duas possibilidades para chegar aos verdadeiros destinatários: ou é entregue em algum comércio local da avenida principal ou no posto de correio local, criado na Associação de Moradores. O correio funciona com o esquema de caixas postais, alugadas por moradores por um valor que é repassado para a Associação. Nem todos utilizam esse serviço, alguns por não terem condições de pagar e outros por desconfiarem do uso que se faz do dinheiro recolhido.

2.2. Os Pobres

O historiador Eric Hobsbawm (1998), em seu livro “Sobre História”, especificamente no capítulo intitulado “Barbárie: Manual do Usuário” se dedica, entre outras coisas, a compreender como ao longo do século XX, a humanidade foi se acostumando a uma sociedade “sem regras”, “incivilizada” e tolerante com as violações de direitos fundamentais. O autor prossegue referindo que, sobre a barbárie, “não há nenhum indício de que esse crescimento esteja no fim” (p. 268). Essa perda de garantias de direitos e de civilidade que o autor menciona, tendo como referência o processo histórico, agravou-se com a eclosão das guerras no século passado e com as contemporâneas práticas de terrorismo. Resultado de uma certa anuência com qualquer forma de coerção, justificando-se com argumentos em torno da proteção de fronteiras e defesa da soberania dos países.

Essa tendência de desrespeito e desregulamentação pode ser captada no contexto local de nosso país. Queremos focar tal fenômeno na vida dos pobres.

No que concerne ao território pensado nessa pesquisa, as ideias de Hobsbawm nos inquietam, principalmente tendo como questão a indiferença dos representantes dos poderes públicos diante da precariedade da vida dos moradores daquela área, que são socialmente vulneráveis. Parece que eles, os gestores, encaram como normal a existência de pedaços da cidade excluídos de tudo. Tal fato, paradoxalmente, parece constituir uma “não cidade”, parafraseando o Padre Jaime, liderança dos movimentos sociais da zona sul da Capital. Essa “não cidade” é definida pela falta de escolas, de opções de lazer, de pavimentação, saneamento básico, pela precariedade e risco de suas moradias, dentre infindáveis aspectos que se pode destacar. Aspectos faltantes da própria condição de vida que se tem, e não dos pobres em si.

Destacamos que há um modo comodamente ideológico de encarar as diferenças socioeconômicas, prática já desconstruída em diversas reflexões acadêmicas, mas que persiste nas práticas políticas do Brasil. Há uma concepção sobre a pobreza que tende a naturalizar essa condição. Essa leitura favorece a compreensão de que as diferenças sociais são normais e dadas, fruto de uma fatalidade. Essa concepção oculta uma característica que as classes dominantes brasileiras sempre evitaram: a de que essa desigualdade é produzida historicamente.

A produção da desigualdade é no fundo uma prática autoritária, como assinala Dirce Koga:

A sociedade brasileira tem suas raízes fincadas em experiências históricas que acabam por nutrir suas formas relacionais, políticas, econômicas, organizacionais, éticas de funcionamento marcadamente autoritárias. (2003, p. 40)

Reconhecer isso é desconstruir a ideologia presente de que todos são iguais e de que a cidadania é para todos. Pois a universalidade de direitos com que se espera sejam contemplados nessa suposta cidadania não se efetiva. Ademais, não há implicações para os representantes do Estado quando da sua não efetivação (PINHEIRO, 1991)

Como consequência, vivem os pobres uma condição de condenação, fruto dessas históricas práticas autoritárias.

Assim, o autoritarismo da sociedade brasileira apresenta-se mais cruel, ao circunscrever as classes pobres à condenação, à exclusão, à falta de perspectiva num país onde são denominadas pelo próprio governo como “inempregáveis”. (KOGA, 2003, p.50)

Quando nos colocamos o desafio de refletir sobre os pobres em território, buscamos trazer contribuições ao apresentar as famílias nesse contexto, tendo como ponto de partida a imagem que elas possuem de si. Nesse sentido, este trabalho apoia-se no que foi apresentado na pesquisa que deu origem ao livro *A Família Como Espelho*, realizada por Cynthia Andersen Sarti (2007).

Nele a autora investigou com quais categorias morais os pobres compreendem o lugar que ocupam no mundo. O território escolhido pela pesquisadora foi um bairro de São Miguel Paulista, Zona Leste da Cidade de São Paulo.

Sarti faz uma cuidadosa revisão sobre a maneira como os pobres foram tratados nas Ciências Sociais. Ela inicia referindo que eles, no geral, foram tratados como sujeitos faltantes. Essa concepção obedece a um processo que num primeiro momento os define como faltantes em relação à questão de renda. Em seguida, tendo em conta a ampliação do conceito de pobreza, são faltantes enquanto sujeitos excluídos dos mínimos direitos e deveres de cidadania.

A autora reconhece que algumas leituras sobre os pobres, tendo como método as análises marxistas, acabaram por desconsiderar o universo simbólico da vida dos mesmos. A vinculação dos pobres à categoria de classe trabalhadora reforçou o esvaziamento anteriormente mencionado e, ao mesmo tempo, depositou neles uma expectativa revolucionária. Sarti reforça que essas análises, que tomaram os meios de produção como centro, favoreceram os estudos sobre a família e sobre a mulher como unidades de reprodução de forças laborais (SARTI, 2007).

Tratados muito mais pelos aspectos substantivos, a visão que se tem dos pobres, em muitos os casos, revela mais sobre quem os vê do que sobre eles mesmos, como afirma a autora:

A pobreza é uma categoria relativa. Qualquer tentativa de confiná-la a um único eixo de classificação, ou a um único registro, reduz seu significado social e simbólico. (SARTI, 2007, p.42)

Uma importante mudança de rumo no olhar sobre os pobres tem origem nas inserções de antropólogos em campo, principalmente no que tange à Antropologia Urbana. A partir disso, passou-se a considerar o paradigma da cultura como referencial, tendo como consequência uma reveladora integração do universo simbólico das populações estudadas.

Queremos acrescentar mais um aspecto a ser observado na questão dos pobres, qual seja, a condição de irregular. Esse lugar de irregularidade, no caso da pesquisa em questão, é conferido aos indivíduos, tendo como fator preponderante a sua inserção no território específico.

Os moradores do território pesquisado ocuparam o lugar em que vivem, contrariando a lógica do mercado imobiliário de que se tem que ser proprietário. Sobre isso, Milton Santos faz um interessante comentário:

E o direito de morar? Confundido em boa parte da literatura especializada com o direito a ser proprietário de uma casa, é objeto de um discurso ideológico cheio, às vezes, de boas intenções e, mais frequentemente, destinado a confundir os espíritos, afastando cada vez para mais longe uma proposta correta que remedeie a questão. Por enquanto, o que mais se conseguiu foi consagrar o predomínio de uma visão imobiliária da cidade, que impede de enxergá-la como uma totalidade. (2007, p. 61).

Habitantes da cidade, que acabaram por romper a lógica especulativa excludente do mercado de corretagem, não passam impunes dessa quebra de lógica. E a primeira consequência direta dessa atitude é a de serem colocados cada vez mais longe dos centros mais incluídos e financeiramente mais privilegiados da cidade, ou seja, à parte do já referido circuito superior.

Uma consequência mais drástica é a exclusão dos bens e políticas públicas da cidade. É nesse panorama que, por exemplo, os moradores do Jardim Chácara Bananal não têm direito a saneamento básico, água, luz, esgoto, dentre tantos outros direitos fundamentais. A justificativa para tal exclusão é o fato de estarem em área de manancial e de por essa razão serem irregulares.

Esse lugar de irregular confere a seus moradores um estado de exceção à regra, que no sentido pleno do que estamos falando, deveria ser a de ser cidadão, pleno de direitos. Há certa perversidade nessa operação de constituição de pessoas irregulares, por isso nos embasamos em Agamben, que propõe um olhar atento à questão da instituição de um sujeito, cuja regra aplicada é a exclusão da regra. Claro que Agamben está analisando as condições de constituição do estado de exceção totalitário, quando o Estado promove uma inclusão exclusiva, justificando por esta a constituição dos campos de trabalhos forçados e extermínio (2010).

Essa estrutura perversa de Estado está na base da constituição de sujeitos irregulares, principalmente quando se define que o tratamento a esses deve ser diferente do tratamento que se estende aos outros moradores da cidade. Tal constituição leva os irregulares a serem tratados com práticas que passam pela negação dos mais diferentes tipos de acesso a bens e direitos e, numa certa medida, à invisibilidade perante os poderes constituídos e aos outros habitantes da cidade.

2.3. Família

Na constituição da pesquisa que estamos desenvolvendo, optamos por ter a família como referência. Essa escolha se deu por ser a família, considerada aqui pelas pessoas que vivem na mesma casa, uma unidade delimitável para análise, por ser reconhecidamente uma referência na constituição da sociedade brasileira e pela importância que ela ganhou na aplicação das políticas públicas atuais.

A opção de ter a família no foco dos interesses das diversas análises científicas se deve ao lugar em que ela foi colocada a partir do processo de industrialização, mais fortemente no século XX, como unidade de reprodução da força de trabalho, como já mencionamos anteriormente.

Vale resgatar que a família brasileira adotou predominantemente o modelo de organização patriarcal colonial português, embora ela tenha se feito singular no contato com as matrizes indígenas e negras que aqui se deram, não pacificamente, é claro.

Na metade do século passado, um grupo de pesquisadores montou o Instituto de Terapia Familiar de Palo Alto, nos Estados Unidos. Com base nas influências da psicanálise da família, da antropologia, da cibernética e da teoria dos sistemas, esses pesquisadores de diversas áreas passaram a desenvolver técnicas de abordagem de famílias num referencial que passou a ser chamado de modelo sistêmico.

O principal legado das pesquisas desse grupo está em entender a família como um sistema. Nesse sentido, o sistema é uma unidade, não mais podendo ser compreendido pela simples soma de seus constituintes, mas pelo todo das relações que se dão no mesmo.

Os primeiros estudos deste grupo de pesquisadores foram voltados para a questão da esquizofrenia, tomando a comunicação humana como base dessa patologia.

O pensamento sistêmico se desdobrou em várias áreas ao longo de seu desenvolvimento. Podemos citar as escolas estruturalistas, estratégicas, construtivistas, narrativas / hermenêuticas, dentre outras.

Maria José Esteves de Vasconcelos (2004) refere que o sistema familiar pode ser entendido com base no que ela define como sendo um novo paradigma para as ciências. Esse novo paradigma está marcado por três pressupostos, a saber: 1. Complexidade. 2. Instabilidade. 3. Intersubjetividade.

Aplicando esses pressupostos para a família, temos a complexidade como a condição de que esse é um sistema com múltiplos fenômenos que não podem ser isolados sob o risco de perda das propriedades desse todo. A instabilidade como marca do constante movimento presente nas relações, que confere uma dinâmica e uma busca homeostática para preservar o sistema diante das adversidades. O intersubjetivo é preponderantemente o relacional no sistema familiar, talvez o maior desafio para quem se proponha a trabalhar com grupos humanos, uma vez que nossa própria subjetividade atravessa e é atravessada por esses fenômenos.

Novamente sublinhamos que a família em questão nesse trabalho, com todas as características e atributos anteriormente desenvolvidos, é particularmente marcada pela

pobreza, pelo seu território de vida e por uma lógica de irregularidade. Pobreza contextualizada por diversos aspectos excludentes, porém dotada de um universo simbólico próprio.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

3.1. Método da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa participativa, com vistas a uma metodologia etnográfica de coleta e tratamento do material a ser pesquisado na comunidade.

O território em questão é conhecido como Chácara Bananal e está localizado no extremo da periferia da Zona Sul de São Paulo.

Em campo se faz uso das técnicas de observação e entrevistas com os moradores. Tanto a coleta de dados, via observação, quanto as entrevistas serão guiadas pela busca de compreensão de como os moradores compreendem seu modo de viver em território.

Os dados são registrados em caderno de campo e / ou através de gravações com prévia autorização dos entrevistados. Posteriormente esses registros serão transcritos e o que se julgar pertinente será apresentado no cômputo do trabalho final.

3.2. Instrumentos / Técnicas Utilizadas

Fazemos uso de:

- Observações em campo: recurso muito difundido nas pesquisas etnográficas. Requer a inserção em campo e observação dos participantes em seu território de vida, sem desconsiderar as influências de caráter intersubjetivos do encontro entre pesquisador – pesquisados e do contexto social.

- Entrevistas: ocasionalmente semiestruturadas, em outras ocasiões abertas, a depender do momento da pesquisa e / ou da necessidade de focar alguma categoria.

Todas as entrevistas / encontros são registradas por meio da gravação em áudio, com autorização por escrito dos entrevistados.

3.3. Participantes

Os participantes são famílias que foram identificadas como moradoras de áreas de alta ou muito alta vulnerabilidade social (SEADE, 2000), que estejam ou estiveram nesta condição, considerando que as áreas de alta e muita alta vulnerabilidade social são caracterizadas por uma relação entre renda, escolaridade dos chefes de famílias e acesso a serviços públicos. Em nosso caso, trata-se dos piores índices a esse respeito, no Município de São Paulo.

Contamos com a indicação inicial das famílias por trabalhadores de projetos sociais e lideranças locais que se relacionem com as mesmas.

3.4. Procedimento

Nos primeiros encontros com as famílias participantes, elas são informadas dos preceitos éticos da pesquisa e dos objetivos propostos.

As conversações são gravadas mediante autorização prévia dos participantes. Posteriormente, faremos a transcrição das gravações.

Preceitos éticos são respeitados mediante a alteração de dados que possam identificar os participantes na transcrição das entrevistas e a assinatura de um termo de consentimento por parte dos entrevistados para a utilização nesse trabalho dos dados obtidos nas entrevistas.

4. Considerações Finais

É difícil apresentar grandes resultados de uma pesquisa que está em fase de execução. Nesse sentido, produzir esse artigo representa uma oportunidade de traçar interlocução com outros pesquisadores e refletir sobre um trabalho em andamento.

Apesar do aspecto prematuro de tal apresentação vale destacar alguns achados importantes que estão em andamento.

O primeiro aspecto a ser considerado diz respeito à recuperação das histórias do local através das narrativas de seus moradores. Ouvir a história de como o bairro foi se constituindo e até mesmo a percepção das diferenças nas formas de urbanização do local, que precisa considerar o processo inicial de ocupação do bairro e a mobilização das associações de moradores, é algo de grande importância, na medida em que ajuda a compreender o sentido da fala de nossos entrevistados.

Tem sido bastante interessante descobrir as múltiplas narrativas do processo da constituição do bairro, os diferentes planos desse contar e a apresentação que os moradores fazem de si próprios e de outros personagens na constituição de seu lugar de morar.

Outro aspecto profundamente significativo é a lógica dos irregulares, nas falas vamos descobrindo dilemas marcantes de pessoas que sobrevivem apesar da exclusão. São eles que se mobilizam para obter acesso a insumos básicos para a sobrevivência como água, luz, pavimentação, dentre outros. São eles também que transitam entre o medo de perderem as casas (nesse caso, por que investir em melhorias na moradia?) e a esperança de que possam ter seus lotes regularizados.

É na relação com a precariedade e com a falta desses direitos que encontramos os sujeitos irregulares. Sujeito que vê nos políticos locais uma possibilidade de obter melhorias, mesmo que esses transformem uma relação que deveria ser de direito, numa relação de eterna obrigação.

Um terceiro aspecto importante a ser considerado é a contraposição que os moradores fazem entre a condição de irregularidade e a concepção de que são cidadãos.

Por fim, nosso principal achado é um convite.

Na cidade de São Paulo, a Secretaria Municipal de Assistência Social fica na Rua Líbero Badaró, local de planejamento das muitas políticas públicas de enfrentamento à pobreza e à exclusão. Uma das últimas ruas da Chácara Bananal, na divisa do Município com Itapeverica da Serra, foi batizada pelos moradores como Rua São Jorge. O próprio nome traduz o aspecto guerreiro de quem nesse lugar habita.

Que possamos então integrar os olhares que se tem em nossa cidade, fazendo um esforço para não somente olhar a cidade da Rua Líbero Badaró para a Rua São Jorge, mas, que também se possa ousar olhar da Rua São Jorge para a Rua Líbero Badaró.

5. Referências Bibliográficas

AGAMBEN, G. Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua. 2ª Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 197p.

HOBSBAWM, Eric. Sobre História. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 336p.

INÁCIO, Márcio Dionizio. Que Força é Essa? Relatos de Duas Famílias Que Apresentaram-se Resilientes em Situações de Vulnerabilidade Social. Monografia de conclusão do curso de especialização em terapia familiar e de casal, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. 185p.

KOGA, Dirce. Medidas de Cidades: Entre Territórios de Vida e Territórios Vividos. São Paulo, Cortez Editora, 2003. 299p.

PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e Transição. Revista da USP, Março-Maio 1991, 45 – 56.

SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2004. 433p.

_____. O Espaço do Cidadão. 7ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 169p.

SARTI, Cynthia Andersen. A Família Como Espelho: Um Estudo Sobre a Moral dos Pobres. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. 152p.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/web/ipvs/pdf/apresentacao.pdf> Acesso em 10 de janeiro de 2011.

SPOSATI, Aldáiza (Coordenadora). Mapa Da Exclusão / Inclusão Da Cidade De São Paulo. São Paulo, EDUC, 1996.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. PENSAMENTO SISTÊMICO NOVO-PARADIGMÁTICO: NOVO-PARADIGMÁTICO, POR QUÊ? Revista Família e Comunidade. São Paulo: V. 1, N.1, p 91 – 104, maio. 2004.